OBSTÁCULOS E RETROCESSOS: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA NOS GOVERNOS SARNEY (1985-1990) E COLLOR (1990-1992)

OBSTACLES AND SETBACKS: BRAZILIAN FOREIGN POLICY
TOWARDS AFRICA DURING SARNEY (1985-1990)
AND COLLOR (1990-1992) ADMINISTRATIONS

Felipe Rocha de Carvalho¹

RESUMO

Nos dias de hoje, é evidente a importância do continente africano na agenda da política externa brasileira, tanto no aspecto político quanto no âmbito econômico e comercial. Porém, o final da década de 1980 e o início dos anos de 1990 foram marcados por um considerável esfriamento das relações no eixo Brasil-África, sendo este causado por condicionantes internos e externos aos países envolvidos. Neste sentido, o presente artigo se propõe a discutir os governos de José Sarney (1985-1990) e Fernando Collor (1990-1992) no que diz respeito à condução da política exterior brasileira para a África. Ao longo do trabalho, são expostas as características gerais da política externa do Brasil durante cada governo, seguidas pelos principais pontos de sua relação com os países africanos. Finalmente, constata-se que a política externa brasileira para a África durante o Governo Sarney teve como maior obstáculo o ápice da crise da dívida externa, enquanto o Governo Collor foi marcado pela prevalência de medidas neoliberais, as quais colocaram o continente africano em segundo plano.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira. Governo Sarney, Governo Collor, África.

ABSTRACT

Nowadays, Africa's importance in Brazilian's foreign policy agenda, in the political, economic and commercial fields, is evident. However, the late 1980s and the early 1990s were marked by a considerable decrease of the relations in the Brazil-Africa axis, which was caused by internal and external constraints to such countries. In this sense, this article aims to discuss the governments of José Sarney (1985-1990) and Fernando Collor (1990-1992) regarding the conduction of Brazilian foreign policy towards Africa. Throughout the article, the general characteristics of Brazil's foreign policy during each government are exposed, followed by the main points of its relations with African countries. Finally, it is stated that Brazil's foreign policy towards Africa during the Sarney administration had the pinnacle of the external debt crisis as its main obstacle, whereas the Collor administration was marked by the prevalence of neoliberal measures that put Africa in the background.

KEYWORDS: Brazillian Foreign Policy, Sarney Administration, Collor Administration, Africa.

¹ Estudante de graduação em Relações Internacionais pela UNIPAMPA. Email: feliperochacarvalho@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O continente africano tem adquirido, desde a década de 1950, uma posição de maior visibilidade na política externa brasileira. Em linhas gerais, tal relação é pautada no desenvolvimento da cooperação nas áreas política e comercial, visando a fortalecer a horizontalidade dos relacionamentos externos do país. A prioridade conferida a esta região, porém, não se manteve constante ao longo das últimas décadas, apresentando momentos de maior ou menor aproximação do Brasil com os países africanos.

Por um lado, os vínculos históricos entre Brasil e África, como o passado colonial, matrizes étnicas e idiomas comuns, podem ser vistos como estimuladores da construção de um próximo vínculo diplomático. Segundo Rizzi (2014, p. 15), “nas duas margens do Oceano Atlântico Sul se estabeleceram (e se mesclaram) padrões históricos e culturais comuns que originaram sociedades convergentes em ideias e interesses [...]”. No entanto, durante um longo período, a política externa brasileira para a África foi pautada pela defesa ou neutralidade em relação à manutenção das relações coloniais com a Europa, em especial no que tange às colônias portuguesas. Tal aspecto só veio a apresentar uma mudança mais expressiva após o fim do salazarismo em Portugal no ano de 1974.

O início da década de 1960, marcado pelos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), representou o auge do interesse brasileiro pela África no século XX. Por meio do que viria a ser conhecido como Política Externa Independente (PEI), foi elaborado um esboço da política externa africana no Brasil, o qual se diferenciava das ações empreendidas até então (FERREIRA, 2013). Uma vez que o termo foi cunhado pelo então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, teve início uma política de desenvolvimento e sistematização das relações entre Brasil e África, tendo maior destaque o estabelecimento de embaixadas brasileiras em diversas nações do continente.

Todavia, a ascensão do regime militar em 1964 significou uma alteração expressiva na condução da política exterior brasileira como um todo. O Marechal Castelo Branco, primeiro presidente do período mili-

tar, intensificou a aproximação do país tanto com os Estados Unidos quanto com Portugal, afirmando mesmo que “tudo o que fosse bom para os Estados Unidos também é bom para o Brasil e tudo o que acontece de bom para Portugal é recebido com imenso agrado pelo Brasil” (DÁVILA, 2011, p. 52 apud FERREIRA, 2013, p. 137). Deste modo, ainda que o Atlântico Sul fosse uma zona estratégica que demandasse mecanismos de segurança, o continente africano não era o principal foco de preocupação do governo brasileiro.

Durante o governo do Marechal Costa e Silva (1967-1969), não houve grandes mudanças no que diz respeito à posição brasileira acerca da África. É válido ressaltar, porém, a criação de novos postos diplomáticos no continente. Foi apenas durante o Governo Médici (1969-1974), que as relações, especialmente comerciais, com o continente africano tomaram um lugar de maior destaque. Tal fato pode ser atribuído, em grande parte, ao período de grande crescimento da economia brasileira, o qual ficou posteriormente conhecido como “milagre econômico”.

Os governos de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) fizeram parte do chamado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”² da política externa brasileira. Durante esses anos, houve certo distanciamento do país em relação aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o Brasil pretendia utilizar a flexibilidade vigente no sistema internacional para assumir uma posição mais elevada na hierarquia de poder (SPEKTOR, 2004). Assim, houve uma maior busca pela concretização dos laços políticos e econômicos com os países africanos, o que pode ser exemplificado pelo aumento das exportações para a Nigéria e também para países da África Austral.

Entretanto, a metade da década de 1980 veio acompanhada de crises tanto no Brasil quanto em diversos países africanos, impondo dificuldade nas relações existentes entre eles. A dívida externa brasileira aumentou exponencialmente, o que diminuiu “a capacidade do país de dar sustentação à sua política comercial em direção ao mercado africano” (FERREIRA, 2013, p. 146). Na África, o fator de maior peso foi a instabilidade política, causada por uma série de golpes de Estado. Ademais, a falta de recursos para quitar os débitos com

² “Muito do comentário sobre a política externa do governo Geisel interpreta o período como um movimento de crescente independência, autonomia e ‘flexibilidade’ em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria. Livrava-se o Brasil da pecha do alinhamento automático aos desígnios do poder hegemônico hemisférico, os Estados Unidos. Assim, o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências” (SPEKTOR, 2004, p. 195).

o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial fragilizou ainda mais as economias africanas.

Dessa maneira, o presente artigo se propõe a expor e discutir os principais obstáculos encontrados pelo Brasil durante o governo do José Sarney (1985-1990) no que diz respeito à condução da política externa brasileira para a África. Objetiva-se também apresentar e analisar o período do governo de Fernando Collor (1990-1992) e como o cunho neoliberal de seu mandato contribuiu para um distanciamento e retrocesso da política exterior do Brasil em relação ao continente africano.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA REDEMOCRATIZAÇÃO: GOVERNO SARNEY (1985-1990)

A partir de meados da década de 1970, ainda durante a ditadura militar, tiveram início medidas de abertura gradual do regime. Especialmente durante os governos de Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), foram realizadas algumas reformas de cunho político, dentre as quais se destaca a reforma partidária. Além disso, também estava presente nesse contexto o movimento “Diretas Já”, o qual reivindicava a realização de eleições presidenciais diretas no país. Em 1984, a conjuntura nacional era propícia para a realização de tais eleições.

As primeiras eleições presidenciais após a redemocratização tiveram como resultado a eleição de Tancredo Neves. No entanto, devido a seu falecimento antes mesmo da posse do cargo, Neves foi substituído pelo então vice-presidente, José Sarney. Dessa maneira, “a democracia reinstalava-se no Brasil de forma gradual, não se verificando qualquer processo revolucionário e, por isso, também ao nível da política externa não se verificou qualquer corte abrupto com o passado” (FONSECA, 2011, p. 34).

Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Itamaraty em tal contexto foi de grande relevância, tendo em vista que o órgão foi o responsável por definir as bases das escolhas do país em sua política exterior, bem como por manter certa continuidade no direcionamento que vinha sendo dado a essa política até então. Contudo, o contexto interno no qual José Sarney toma posse era de crise, principalmente nos âmbitos econômico e social. Por essa razão, as medidas iniciais de seu governo foram focadas na estabilização da economia e na redução na dívida externa.

A relação entre Brasil e Estados Unidos nesse contexto foi bastante influenciada pelos compromissos assumidos pelo Brasil tanto com o FMI quanto com o Banco Mundial. Na visão de Sarney, o governo estadunidense falhou em não oferecer apoio ao governo brasileiro, afirmando que só havia interesse quando o problema em questão era de cunho militar ou de segurança. Como observa Fonseca (2011, p. 34),

O seu discurso era bastante crítico da atitude dos Estados Unidos, que, em seu entender, lidavam com o Brasil como sendo um “país de segunda”. A incompatibilidade de posições entre o Brasil e os Estados Unidos foi também evidente nas questões comerciais e nas tentativas de lançamento das negociações no Acordo Geral de tarifas e Comércio (GATT).

Outro ponto importante a ser ressaltado é que José Sarney teve dois ministros das Relações Exteriores: Olavo Setúbal e Abreu Sodré. Enquanto Setúbal possuía uma visão pró-estadunidense e defendia uma maior aproximação com a potência continental, Sodré era favorável a um novo viés da política externa brasileira, o que foi demonstrado com o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Em 1986, foi assinado pelo Brasil e pela Argentina o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, o qual não foi bem aceito por parte dos Estados Unidos. Por conta disso, houve a procura brasileira pela diversificação de parceiros comerciais, em especial na África e no Oriente Médio.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO SARNEY: OBSTÁCULOS GERADOS PELA CRISE

Embora o governo Sarney não tenha sido caracterizado por grandes rupturas em relação ao regime militar no tocante à condução da política externa, as relações do Brasil com o continente africano foram uma exceção. Desse modo, foram observados certos entraves em tais relações, as quais destoavam do que havia sido priorizado durante o governo Figueiredo (1979-1985), uma vez que passou a ser dado maior destaque às relações regionais, em especial com os países do Cone Sul.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as relações Brasil-África em tal período se pautaram, em grande parte, nos laços históricos e culturais compartilhados pelos países envolvidos. Assim, “podem ser citados os esfor-

ços no intuito de favorecer aspectos de interdependência entre o Brasil e países africanos, particularmente com aqueles cuja Língua Portuguesa fosse o idioma oficial – PALOP³” (RIBEIRO, 2008, p. 41). Em 1989, foi realizada no Brasil uma reunião de chefes de Estado de países de língua oficial portuguesa, na qual viria a ser elaborado o projeto da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Quanto aos aspectos econômicos, podem ser notadas algumas iniciativas para o fortalecimento das trocas comerciais entre os países do Atlântico Sul. Para tanto, o governo brasileiro desenvolveu medidas no sentido de estabelecer interesses comuns com países africanos no intuito de maximizar as possibilidades de cooperação entre eles, garantindo a preservação dos interesses brasileiros no continente. Como exemplo, têm-se as iniciativas de financiamento a Angola no final dos anos 1980, dentre as quais havia um montante destinado à construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht.

Nesse contexto, também é válido ressaltar a postura brasileira em relação à África do Sul e ao prolongamento do regime do *Apartheid*. As relações econômicas com a região estavam em consonância com o posicionamento político contrário ao regime do *Apartheid*, bem como com o apoio à independência da Namíbia. Dessa forma, foram formalizadas sanções do Brasil à África do Sul, as quais consistiam na suspensão da exportação de petróleo e armas, assim como na suspensão das atividades de intercâmbio que vinham sendo desenvolvidas até então (RIBEIRO, 2008). Um dos principais acontecimentos desse período, apesar dos esforços limitados de aproximação entre Brasil e África, foi a iniciativa brasileira de tentar fortalecer a presença do país no Atlântico Sul. Assim, em 1986, foi criado o projeto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁴, ao qual os Estados Unidos se opuseram.

Todavia, as condições geradas pela economia internacional na segunda metade da década de 1980 viriam a limitar as possibilidades de ação tanto do Brasil quanto dos países africanos. As alterações ocorridas tanto no cenário internacional quanto em âmbito doméstico

viriam a constringer a política exterior do país. Dessa modo, a política externa brasileira passou a ser fortemente condicionada pela situação econômica fragilizada do país, necessitando assumir um comportamento de menor expansão.

Durante o período da redemocratização, foi observada a acentuação do problema da dívida externa, o qual era decorrente de algumas ações desempenhas no período do regime militar. Essa dívida, por sua vez, diminuía as possibilidades de ação do governo brasileiro no exterior. Como destaca Ribeiro (2008, p. 47),

Nesse cenário, torna-se patente a opção brasileira pelo enfrentamento de temas até então tidos como inegociáveis, o que indica sua preocupação em responder positivamente às demandas políticas internacionais. A partir da segunda metade da década de 80, o fortalecimento da hegemonia norte-americana e a implementação da “agenda de valores hegemônicos universalmente aceita” abriram novos contextos de vulnerabilidade para o Brasil, que se caracterizariam pela adoção dos padrões internacionais de normas de proteção do trabalho, dos direitos humanos, do meio-ambiente, dos inventos, dos consumidores, entre outros.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONTEXTO NEOLIBERAL: GOVERNO COLLOR (1990-1992)

Eleito em 1989, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil em um contexto internacional que passava por mudanças expressivas. Também em 1989, havia sido derrubado o Muro de Berlim, simbolicamente representando o fim da Guerra Fria e o fracasso do modelo socialista. Desse modo, o capitalismo seria enxergado como o único modo de produção possível, de forma que todos países deviam se enquadrar neste novo cenário.

No âmbito nacional, a eleição de Collor por meio do voto direto também simbolizava uma finalização do

³ PALOP é a sigla designada para o conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Geralmente, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são chamados de “pequenos PALOP”, enquanto Angola e Moçambique compõem os “grandes PALOP”.

⁴ “A ZOPACAS foi criada pela declaração, que ficou registrada como a “resolução 41/11” da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1986. A proposta brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação foi “o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. [...] Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os “vizinhos” sulamericanos (Argentina e Uruguai), quanto aos da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo)” (COSTA, 2013, p. 02).”

processo de redemocratização. Conforme argumenta Galhera (2011, p. 01) “[...] o cenário interno combinado a tais eventos influenciaram [...] a política externa brasileira a partir de 1990, potencializada devido aos traços pessoais do candidato eleito, como a simpatia pelo liberalismo econômico”. Em relação a esse último ponto, é válido ressaltar que, apesar de possuir um parque industrial consideravelmente grande, a tecnologia presente no Brasil ainda era considerada primitiva se comparada à dos demais países. Na visão de Collor, uma das principais causas dessa situação era o fracasso do modelo de substituição de importações, o qual também seria responsável pelo elevado grau de endividamento externo do país.

Nesse sentido, como partidário dos ideais defendidos pelo Consenso de Washington, o novo presidente propôs uma série de reformas que objetivavam o fim da alta participação do Estado na economia e também da proteção tarifária. Logo nos primeiros dias de seu mandato, Collor pôs em prática um plano econômico que tinha como meta principal o combate às elevadas taxas de inflação, o qual ficaria conhecido como Plano Collor. Dentre as medidas adotadas, podem ser destacadas as iniciativas de privatização e o aumento da abertura econômica. Ambas estratégias faziam parte de Política Industrial e de Comércio Exterior (SCHINDLER, 2010).

Além disso, uma das principais características da política externa de Collor foi seu personalismo acerca das questões políticas. Sendo assim, pode-se afirmar que houve certa ruptura com o que vinha sendo buscado desde o governo Médici (1970-1974), que era uma inserção brasileira no sistema internacional de modo mais autônomo e independente, por meio de novas parcerias estratégicas. Outro aspecto a ser destacado é que Collor “[...] passa a consentir o desarmamento e controle de armas nucleares, [...] contrariando a posição histórica brasileira de não adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)” (GALHERA, 2011, p. 08).

Em março de 1991, foi assinado o tratado constitutivo do Mercado Comum do Sul, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em linhas gerais, o

documento preconizava a integração como via para o crescimento dos países e uma ferramenta para sua inserção internacional. Schindler (2010, p. 47) descreve que

O tratado assinado na ocasião previa a formação de um Mercado Comum até 31 de dezembro de 1994, com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos e uma Tarifa Externa Comum, além da adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. O tratado continha ainda, com base nos princípios de equidade, o reconhecimento do Uruguai e o Paraguai como Estados em condições diferentes, dando a estes mais tempo para adaptar suas economias à nova configuração.

Outro ponto a ser destacado é o envolvimento da política exterior de Collor com temas relacionados ao respeito dos direitos e à preservação do meio ambiente. Nesse contexto, pode ser destacada a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, também chamada de Rio-92, na qual foi dada uma ênfase à combinação do desenvolvimento com a salvaguarda dos recursos naturais. Os direitos humanos, por sua vez, estavam relacionados à consolidação do processo de redemocratização do Brasil.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO GOVERNO COLLOR: RETROCESSOS CAUSADOS PELO MODELO NEOLIBERAL

Ao longo de seu governo, Collor realizou visitas a alguns países africanos, tais como Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia. Em suma, as relações com o continente estavam mais centradas na questão do fim do regime do *Apartheid*, bem como em uma maior aproximação com os países de língua portuguesa. No entanto, é possível afirmar que a África não foi o enfoque da política exterior do Brasil neste período.

⁵ “Por ocasião do encontro do Institute for International Economics em Washington, D.C., em novembro de 1989, o economista John Williamson listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de crescimento autossustentado. Essa lista ficou conhecida como “consenso de Washington”. Ela continha 10 pontos: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual. Em outros termos, as propostas visavam assegurar a disciplina fiscal e promover a liberalização comercial e financeira, além de uma forte redução do papel do Estado na economia” (SCHINDLER, 2010, p. 16).

Nesse sentido, em um cenário de reformulação das diretrizes diplomáticas brasileiras, as relações com o continente africano não são vistas como essenciais à política exterior. Embora permanecesse o reconhecimento dos laços históricos e culturais entre os dois lados do Atlântico Sul,

a política externa em sua direção não é encarada como relevante para a promoção dos interesses internacionais do Brasil. O redesenho da política externa brasileira, tido como fator imperativo para a inserção internacional do país, deixa transparecer de forma límpida que a África é compreendida como um espaço geopolítico menos relevante (RIBEIRO, 2009, p. 308).

Dentre as principais causas para o esfriamento das relações no eixo Brasil-África, encontra-se o elevado grau de instabilidade política e econômica dos países africanos na década de 1990. Ademais, o fim da União Soviética havia dado início a uma nova configuração do sistema internacional, desviando as disputas por zonas de influência, que antes estavam localizadas no continente africano, para políticas de reintegração da Europa Oriental. Por conta disto, a margem de manobra do continente foi consideravelmente reduzida, também representando importantes perdas econômicas (SCHINDLER, 2010).

No que diz respeito às relações econômicas e comerciais, o ponto de vista do governo brasileiro era de que os países africanos não estariam em condições de atender às suas demandas de maneira satisfatória. Além da situação econômica frágil já mencionada, diversos Estados contavam com regimes políticos que, diversas vezes, não possibilitavam uma aproximação mais expressiva. Em Moçambique e Angola, por exemplo, encontravam-se no poder governantes que não haviam sido eleitos democraticamente, representando uma ligação com regimes de cunho totalitário.

Sendo assim, pode-se observar que as trocas comerciais entre Brasil e África durante o governo Collor foram de baixa intensidade. Com exceção do petróleo, houve uma expressiva diminuição desses fluxos, de modo que as relações entre os dois lados se pautaram em uma espécie de especialização comercial. De acordo com Rizzi (2014, p. 187), “[...]

evidenciou-se, portanto, uma representatividade praticamente nula no total de relações comerciais com o continente africano num todo e especialmente com os pequenos PALOP”.

No setor das exportações, tal mudança foi sentida de maneira mais severa. Havia uma preocupação por parte dos exportadores de que os acordos comerciais firmados ao longo dos últimos anos, em especial com Angola, fossem direcionados a outros países. Contudo, a posição defendida pelo Itamaraty era que as relações Brasil-África vinham se mantendo constantes desde 1975, quando o governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer a independência angolana (RIBEIRO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Justificada por razões que vão desde vínculos históricos e culturais até transações comerciais e parcerias estratégicas, a relação Brasil-África é vista pela política externa brasileira como uma área de potencial e oportunidades. Tal argumento pode ser bem exemplificado por meio das ações desempenhadas inicialmente pelos dois últimos governos militares e, de forma mais expressiva, ao longo do governo Lula (2003-2010). Todavia, os governos de Sarney e Collor representaram certas peculiaridades no que tange às relações com o continente africano, sendo elas oriundas tanto do contexto interno quanto do cenário internacional vigente.

Durante o Governo Sarney, embora se deva ressaltar a importância de ações como a concepção da ZOPACAS, a intensificação dos laços que vinham sendo estabelecidos entre o Brasil e os países africanos foi impossibilitada em virtude do agravamento da situação econômica do país. Tal fator fez com que as ações da política externa brasileira fossem limitadas, uma vez que o foco do governo passou a ser o alcance da estabilidade econômica por meio do combate à inflação elevada do período.

O Governo Collor, por sua vez, foi marcado pela ascensão do ideário neoliberal no Brasil e, por conseguinte, da implantação de seus preceitos também na política externa. Desse modo, passou a ser dada maior prioridade ao aprofundamento das relações no Eixo Norte-Sul, tendo em vista que a parceria com os Estados Unidos era enxergada como uma

via para a modernização do país. Por conta disso, a política externa brasileira em direção à África, que já vinha perdendo espaço desde o Governo Sarney, passou a ser retirada ainda mais do foco das discussões diplomáticas e econômicas.

Conforme mencionado anteriormente, o contexto internacional da década de 1990 fez com que os países africanos perdessem ainda mais espaço, reduzindo suas possibilidades de interação com outros Estados. Ao invés de utilizar a marginalização da África por parte das grandes potências como uma oportunidade de inovação e exploração de novas áreas, a política exterior do Brasil acabou por diminuir a importância do continente em sua agenda, confirmando a tendência dos governos neoliberais.

Entretanto, é necessário apontar que, apesar de não terem sido profundas, as relações entre Brasil e África em ambos os governos não foram permeadas por desentendimentos ou divergências. Em especial no Governo Collor, o esfriamento das relações pode estar ligado ao reajuste das prioridades da política externa nacional, com destaque para o processo de integração regional, o que acabou afetando, ainda que não deliberadamente, os países africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Murilo Gomes da. Brasil e Zopacas: A manutenção do status quo e a projeção no Atlântico Sul. In: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 2013, Porto Alegre. Anais (online). Disponível em: <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1370921861_ARQUIVO_Artigo-MuriloGomesdaCosta-FG-SEBREEI_final_.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/2296/2070>>. Acesso em 02 maio 2015.

FONSECA, Carmen. A política externa brasileira da democracia: o paradoxo da mudança na continuidade? *Relações Internacionais*, Lisboa, n.

29, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 abr. 2015.

GALHERA, Kátiuscia Moreno. A Política Externa de Fernando Collor de Mello. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Anais (online). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299334229_ARQUIVO_APEdeFernandoCollordeMello.pdf>. Acesso em 02 maio 2015.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 1, janeiro-junho e 2009, p. 289-329. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6600/5325>>. Acesso em 28 abr. 2015.

_____. Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 39-59, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 maio 2015.

RIZZI, Kamilla. O grande Brasil e os pequenos PALOP. Porto Alegre: Leitura XXI, 2014.

SCHINDLER, Eduardo. Política externa brasileira no governo Collor: a busca por um novo modelo de atuação internacional. 2010. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28396>>. Acesso em 10 maio 2015.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 47, n. 2, p. 191-222, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007>. Acesso em 28 abr. 2015.